

TERMO DE REFERÊNCIA 19/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
19/2024	990114-ESP-ESCOLA DE GOVERNO	ISABEL CRISTINA OLIVEIRA	12/04/2024 10:04 (v 1.11)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados /Capacitação	28/2024	017.00081701/2024-92

1. Melhores práticas da LGPD no amb de trab

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTRUTORIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de pessoa física para a prestação de 28 horas-aula de serviços de instrutoria no curso: DIR 1005 – Melhores Práticas da LGPD no ambiente de trabalho, a ser executado no período compreendido da data da emissão do empenho até 31/12/2024, conforme termos, condições e cronograma anexos a este TdR.

1.2. O prazo de vigência do contrato é da data da emissão do empenho até 31/12/2024, não sendo admitida a sua prorrogação.

1.3. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da contratação de serviços de instrutoria para o curso DIR 1005 – Melhores práticas da LGPD no a está relacionado à temática Gestão de pessoas, em consonância com as atribuições da Escola de Governo do Estado de São Paulo – EGESP de capacitação dos servidores públicos estaduais.

2.2. Com a sanção da Lei n 13.709/2018 - Lei de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que dispõe de dados pessoais e que protege os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e a dignidade das pessoas, torna-se fundamental que toda a sociedade e especialmente os servidores públicos a conheçam, já que ao lidar com dados pessoais, é dever obter o consentimento do titular desses dados e a se comprometer com a sua utilização. Portanto, é necessário que o servidor público tenha o cuidado de não só resguardar os próprios dados, mas com os dados de terceiros, quanto a coleta e ao tratamento dos mesmos. Há uma série de políticas de privacidade e procedimentos de governança de dados, bem como boas práticas no ambiente de trabalho, para que os direitos e garantias de todas as pessoas estejam em conformidade com a LGPD, inclusive as penalidades para quem não cumpre a LGPD.

2.3. Esta contratação faz-se necessária uma vez que a Lei de Proteção de dados pessoais, traz uma série de obrigações no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais e estabelece parâmetros relativos a como os dados devem ser coletados, processados, armazenados e destruídos ou descartados, exigindo assim a atualização e aperfeiçoamento dos agentes públicos que lidam diretamente com as pessoas no seu ambiente de trabalho e com os cidadãos. Portanto, o curso: Melhores Práticas da LGPD no ambiente de trabalho, vem de encontro a esta necessidade, trazendo os fundamentos da LGPD e ao seu aspecto prático aos servidores públicos estaduais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A contratação pretendida deverá abarcar o conteúdo programático exposto abaixo: Melhores Práticas da LGPD no ambiente de trabalho

Módulo 1: Introdução à LGPD • Contextualização da LGPD: origens, fundamentos e objetivos. • Principais conceitos e definições da LGPD. • Estrutura da LGPD e seus princípios fundamentais. Módulo

2: Requisitos e Responsabilidades na LGPD • Responsabilidades dos agentes de tratamento de dados. • Bases legais para o tratamento de dados pessoais. • Direitos dos titulares dos dados e como são exercidos. • Penalidades e sanções por descumprimento da LGPD. Módulo

3: Operações de tratamentos dos dados pessoais • Contextos e finalidades de tratamento de dados pessoais • Ativos importantes que dependem de dados pessoais (componentes, sistemas, redes, papel). • Acessos aos dados pessoais. Módulo

4: Implementação de Medidas de Segurança e Governança de Dados • Estratégias para garantir a segurança da informação e proteção de dados. • Implementação de políticas de privacidade e procedimentos de governança de dados. • Exercícios práticos de aplicação das medidas de segurança em cenários reais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O contratado deve contar com conhecimentos e habilidades específicas para entregar o objeto em tela, a saber:

4.1.2. Notório saber relacionado ao conteúdo programático do curso;

4.1.3. Experiência didática relacionada ao tema;

4.1.4. Experiência relacionada à ferramenta utilizada para a oferta de cursos on-line síncronos.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O prazo de execução dos serviços é até 31/12/2024, com início a partir da data da emissão do empenho

5.1.2. O serviço de instrutoria será prestado na modalidade de webconferência (isto é, com aulas on-line síncronas).

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: Turma 1 – dias 26 e 27/06/2024 Turma 2 – dias 28 e 29/08/2024 Turma 3 – dias 18 e 19/09/2024 Turma 4 – dias 06 e 07/11/2024 5.2. O serviço de instrutoria será prestado de forma on-line por meio da plataforma Teams.

5.3. O serviço de instrutoria será prestado nos seguintes horários: das 9h às 12h30 nos dias indicados no cronograma de realização do curso.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1.. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6..2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente e até o limite do prazo máximo de execução, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4.. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.4.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.4.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.5.. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.6.. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6..7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base no indicador estabelecido, sempre que o contratado deixar de executar o serviço ou executá-lo em quantidade inferior ao avençado.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará o seguinte critério:

7.2.1. Carga horária efetivamente executada, comprovada em lista de presença, relatório de execução e/ou ateste do gestor.

7.3 Caberá retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o contratado deixou de executar as atividades contratadas.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

8.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor bruto dos serviços é de R\$ 4.054,96.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação: Gestão/Unidade: 200105; Fonte de Recursos: 150010001; Programa de Trabalho CAPACITAÇÃO INTERSETORIAL: 04128203065200000 Elemento de Despesa: 339036

11. RESPONSÁVEIS Elaboração TdR: Gestor do Contrato *Gestor do Contrato: Adriana Thomé Yázigi Abrão **Fiscal do Contrato: Adriana Thomé Yázigi Abrão *servidor responsável por acompanhar todas as etapas da execução contratual **servidor responsável por auxiliar o gestor no acompanhamento da execução e fiscalização dos aspectos técnicos do contrato. Gestor e fiscal podem ser o mesmo servidor.

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADRIANA THOME YAZIGI ABRAO

Responsável pela contratação direta